

Medeiros apóia indenização proposta pelo 'Centrão'

BRASÍLIA — A emenda do Centrão que substitui a estabilidade no emprego pelo pagamento de indenização progressiva ao trabalhador, em caso de demissão imotivada, tem apoio dos sindicatos de metalúrgicos e eletricitários de São Paulo. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros, que representou o presidente do Sindicato dos Eletricitários, Antônio Rogério Magri, passou a tarde reunido com líderes do Centrão, discutindo as emendas sobre estabilidade, aposentadoria e organização sindical que o grupo apresentará.

O único ponto onde não houve discordância foi a estabilidade, embora Medeiros proponha que o pagamento de um salário por ano de trabalho, a título de indenização para o trabalhador demitido, tenha efeito retroativo e o Centrão insista em a vigência seja a partir da promulgação da nova Constituição.

Ao chegar à casa do assessor jurídico do grupo, Gastão de Toledo, no Lago Sul, acompanhado de dois assessores, Medeiros disse que vinha debater as emendas "porque é negável que o Centrão representa a maioria e o movimento sindical tem por hábito discutir com quem detém o poder".

"Avanço" — Depois de algumas horas de discussão, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conseguiu vencer resistências de parte do grupo — formado pelos deputados Gastão Righi (PTB-SP), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Paes Landim (PFL-PI), José Lins (PFL-CE), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Daso Coimbra (PMDB-RJ), Afif Domingos (PL-SP), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Benito Gama (PFL-BA) e Waldeck Ornellas (PFL-BA) —, que não queria aceitar o pagamento da aposentadoria com base no salário médio do último ano de trabalho.

Os parlamentares defendiam a média dos últimos três anos para o cálculo da aposentadoria. No final, Medeiros comemorou como "grande avanço" a fórmula de consenso: pagamento integral da aposentadoria com base no salário contribuído — o que limita o teto a ser recebido a 20 salários mínimos do último ano — e correção pelo mesmo índice de reajuste do salário dos trabalhadores em atividade.

Na organização sindical não houve acordo. O Centrão quer estabelecer a pluralidade para os sindicatos e manter a existência de apenas uma confederação e uma federação por categoria profissional. Medeiros aceita a pluralidade, desde que para efeito de negociações o sindicato majoritário represente toda a categoria.

O Centrão vai promover novas reuniões com líderes sindicalistas, antes do vencimento do prazo para entrega de emendas ao projeto da Constituição, na quarta-feira.

UBE é contra retroatividade

O "estoque do passivo trabalhista", expressão cunhada pela União Brasileira dos Empresários (UBE) para o tempo de serviço que os trabalhadores do país terão acumulado até a promulgação da nova Constituição, é o novo ponto de resistência que as propostas de garantia de emprego enfrentam na Constituinte. Reunida na Confederação Nacional do Comércio (CNC), a coordenação da UBE decidiu apoiar a proposta do Centrão — grupo de direita e centro-direita da Constituinte —, que prevê indenização proporcional ao tempo de trabalho por demissão imotivada, mas sem retroatividade ao período anterior à vigência da nova Constituição.

"O direito à indenização pode gerar instantaneamente um passivo potencial de 150 bilhões de dólares para as empresas brasileiras", ponderou o coordenador da UBE e presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos. Segundo o empresário, a UBE propõe que a Constituinte adote o modelo de garantia de emprego sugerido pelo Centrão, com a ressalva de que o tempo de serviço anterior à promulgação da Constituição continue sendo considerado, para efeitos de demissão, nos parâmetros da legislação atual, "com algum tipo de compensação".

Oliveira Santos informou que os membros da UBE estão pensando em se adiantar, apresentando aos constituintes um sistema de compensação que eleve o percentual sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que o empregador

paga ao empregado demitido. Atualmente esse percentual é de 10% e a UBE trabalha com a hipótese de sugerir uma elevação para 20%.

O presidente da CNC reconhece que muitos trabalhadores perderam seu passivo trabalhista para os empregadores em 1965, quando o sistema de estabilidade no emprego após dez anos de serviço foi substituído pela sistemática do FGTS. Mas afirma que "um erro não deve justificar outro". Para o empresário, um país que tem um PIB de 280 bilhões de dólares "não pode resistir a um passivo trabalhista que corresponde a 60% de seu produto bruto".

Além de Oliveira Santos, participaram da reunião na sede da CNC o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador Albano Franco (PMDB-SE); o presidente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen; o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG); o presidente da Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Camilo Cola; o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal; e o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, que representou também a Frente da Livre Iniciativa. Os sete empresários apoiaram a emenda do Centrão, que prevê, na demissão imotivada, indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço, mantendo-se o FGTS para demissão imotivada.

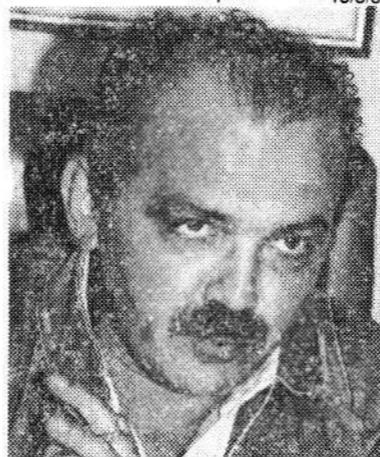
'Centrinho' aprova emendas

Os parlamentares do Centrinho — grupo de centro, que tenta esvaziar o Centrão, considerado por eles como de direita — aprovaram as primeiras emendas aos capítulos da Ordem Social e Ordem Econômica, que apresentarão ao texto da Comissão de Sistematização. Ainda sem redação final, as emendas modificarão o conceito de empresa nacional, tornando-o mais flexível à participação de capital estrangeiro, e permitindo somente às empresas de capital nacional a mineração em faixa de fronteira ou em território indígena.

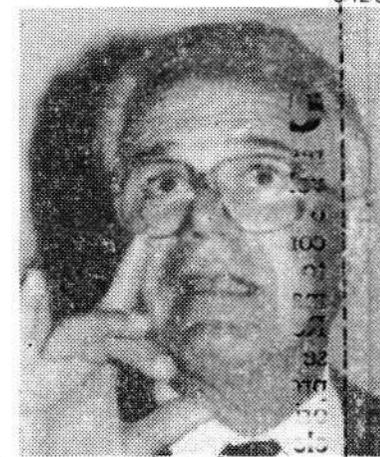
A reunião do grupo começou às 18h, com a participação do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ) e dos deputados Alcení Guerra (PFL-PR), Rita Camata (PMDB-ES), Aécio Neves (PMDB-MG), Dirce Tutu

Quadros (PTB-SP) e José Serra (PMDB-SP), entre outros. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) — vice-líder do PMDB na Constituinte — passaram rapidamente pela reunião. O artigo, ainda na Ordem Econômica, sobre a distribuição de petróleo receberá do grupo uma emenda expressiva.

A modificação mais expressiva que o Centrinho proporá na Ordem Social será sobre estabilidade no emprego. A emenda remeterá para a legislação ordinária a regulamentação das relações de emprego. Quanto à hora extra, será proposto o pagamento de pelo menos 50% a mais do que o da hora normal (o texto da Sistematização prevê o pagamento em dobro).



Medeiros (E): procurando o poder. Afif e Cardoso Alves (D): negociando pelo Centrão



Montoro quer ir às ruas pelos 4 anos

Mesmo reconhecendo que é forte, nas ruas, e que cresce dentro da Constituinte o desejo de eleger em novembro próximo o sucessor do presidente José Sarney, o ex-governador Franco Montoro teme a prevalência do mandato de cinco anos — o que, ao seu ver, seria, simplesmente, um desastre político de conseqüências imprevisíveis. Montoro não compartilha a sensação que lhe transmitiram ontem em Brasília de que o mandato de quatro anos para Sarney pode ser considerado um assunto liquidado.

Ocupado em preparar a reunião de amanhã do setor que se denomina histórico do PMDB, o ex-governador, e candidato declarado a presidente da República, conversou, nas últimas 48 horas, com as lideranças mais expressivas do seu partido na Câmara dos Deputados e no Senado. "É impressionante como quase todas elas parecem convencidas de que teremos, de fato, eleições presidenciais este ano", observa Montoro. Otimista por temperamento, ele trai, quanto ao assunto, uma ponta de desconfiança.

Lembra, com razão, que a mudança no regimento interno da Constituinte favoreceu os adeptos do mandato de cinco anos para Sarney. Com efeito: pelo antigo regimento, os quatro anos conferidos a Sarney no âmbito da Comissão de Sistematização só poderiam ser alterados se assim o quisesse uma maioria de 280 em 559 votos reunida no

plenário para votação do projeto de Constituição. Caberia a Sarney e a seus aliados a tarefa, que não seria leve, de estabelecer essa maioria.

Agora, não. Os adeptos do mandato de cinco anos colherão 187 assinaturas de constituintes para destacar e obrigar, assim, à votação em separado, do artigo das Disposições Transitórias do projeto que reduziu para quatro anos o mandato de Sarney. Caberá à turma dos quatro anos juntar 280 votos para assegurar a manutenção do artigo destacado. Caso contrário, o artigo cairá. De sua parte, o governo ficará dispensado de pôr 280 políticos fiéis no plenário para garantir os cinco anos que tanto quer.

Poderá, até, aconselhar boa parte deles a, simplesmente, ficar em casa, livre do risco de se expor votando contra o sentimento que predomina maciçamente na opinião pública. A eliminação do artigo dos quatro anos, e a ausência de um artigo que conceda os cinco anos para pôr no lugar dele, criarão um impasse que poderá se transferir para a órbita do Supremo Tribunal Federal. Que mandato terá Sarney se a nova Constituição nada decidiu a respeito?

Deverá vingar o que os juristas da Presidência julgam direito adquirido — ou seja, os seis anos de mandato determinados pela atual Constituição? Ou deverá ser dado a Sarney o mesmo mandato que a nova Constituição, no seu artigo 93, estabelecerá para os futuros presidentes — ou seja, cinco anos, como está previsto no projeto votado na Comissão de Sistematização? É lógico o raciocínio do ex-governador de São Paulo e encontra amparo na consulta a especialistas no regimento interno da Constituinte.

Quer o senador Fernando Henrique Cardoso antecipar-se à possível criação do impasse fazendo aprovar pelo plenário da Constituinte uma emenda ao atual artigo 93 do projeto de

Constituição que enxugará para quatro anos o mandato dos próximos presidentes. Pela emenda do senador, a ele e a Sarney, também, seria dado o direito de tentar a reeleição. De resto, a emenda do senador paulista eliminaria qualquer vestígio de discriminação contra Sarney na medida em que nivelaria seu mandato aos dos seus sucessores.

Montoro considera justa e inteligente a proposta do senador Fernando Henrique Cardoso mas acha que ela, sozinha, não é suficiente para assegurar a eleição presidencial em novembro. Imagina que a eleição este ano dependa, fundamentalmente, da renovada capacidade da população de pressionar seus representantes na Constituinte. Com a experiência de quem foi um dos principais líderes da campanha pelas diretas já, Montoro pensa que chegou a hora de armar o novo palanque das diretas em novembro.

Começou a conversar sobre isso com lideranças de dentro e de fora do seu partido. Anima-se quando conhece um palanque que reúna, lado a lado, ele mesmo, o ex-governador Leonel Brizola, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas — e, por que não? — o senador Marco Maciel, que prega abertamente o mandato de quatro anos para Sarney. "O Brizola só terá que parar com essa história de querer discriminar os parlamentaristas", comenta.

Não sonha Montoro com a reeleição, em termos de comícios gigantescos, da campanha pelas diretas já — nem mesmo da campanha que conferiu legitimidade à eleição do presidente Tancredino Neves pelo Colégio Eleitoral. "Poderíamos, principalmente, concentrar os comícios nos municípios ou nos estados onde as lideranças locais mais ofereçam resistência à idéia do mandato de quatro anos", propõe. A sugestão está oferecida e Montoro quer ir à luta para viabilizá-la.

Ricardo Noblat